

OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS COMO PROPULSORES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Angieli Bonam¹
Denise Rauber²
Elizângela Mara Carvalheiro³

Área de conhecimento: Ciências Econômicas
Eixo Temático: Economia Regional

RESUMO

O presente artigo busca mostrar a relação entre desenvolvimento regional e arranjos produtivos locais (APLs), procurando entender como podem ser uma opção adequada para o desenvolvimento regional. Para isso, conceitua crescimento e desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional e arranjos produtivos locais. Traz ainda um breve apontamento da presença dos APLs na região Sudoeste do Estado do Paraná. A pesquisa desenvolveu-se através de revisão bibliográfica dos principais autores que tratam dos temas, utilizando-se de dados secundários de instituições vinculadas ao estudo do movimento dos APLs. Foi possível constatar a indicação dos APLs como propulsores do desenvolvimento regional, e sua presença apresentando uma opção para o mesmo na região Sudoeste do Paraná.

Palavras-chave: Arranjos Produtivos Locais. Desenvolvimento Regional.

INTRODUÇÃO

A situação dinâmica de conexão da economia global, caracterizada pela rapidez na comunicação e na introdução de novas tecnologias, tem propiciado um ambiente em constante mudança. Logo, condicionando as empresas a agirem de imediato e atuarem antecipando cenários de oportunidades e ameaças em níveis mais amplos do que somente no local em que estão estabelecidas, para que se desenvolvam e mantenham-se competitivas.

Nessa perspectiva, as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) agindo isoladamente apresentam dificuldades de competição. Porém, o estímulo de interdependências entre as que se encontram geograficamente próximas, através de ações conjuntas focadas no fortalecimento da cadeia produtiva pode possibilitar melhores condições de sobrevivência e competitividade. Além disso, o macro ambiente em que estas se encontram pode ser beneficiado, impulsionando e dinamizando o desenvolvimento regional (NETO, 2009; SCHMITZ, 1997).

¹ Acadêmica de Administração da UTFPR-PB e-mail: angi.bonam@gmail.com

² Mestre em Integração Econômica, Docente do Curso de Administração da UTFPR-PB e-mail: deniserauber@utfpr.edu.br

³ Doutora em Desenvolvimento Rural Docente do Curso de Administração UTFPR-PB e-mail: elizangelam@utfpr.edu.br



Esse fortalecimento por meio de arranjos produtivos locais (APLs) é sublinhado por Neto (2009) como um fenômeno de destaque especial devido a sua crescente importância nas experiências de desenvolvimento socioeconômico de vários países ao longo das últimas décadas, apresentando-se como uma via de reestruturação que permite, além da obtenção de benefícios às empresas do arranjo, promover o desenvolvimento da sociedade local (SOUZA, 2011).

Dessa forma, tendo em vista a compreensão de como os arranjos produtivos locais podem ser uma opção adequada ao desencadeamento do desenvolvimento, este artigo objetiva mostrar a relação entre desenvolvimento econômico e arranjos produtivos locais através de pesquisa bibliográfica.

Com relação à metodologia, o presente artigo está baseado em uma revisão bibliográfica fundamentada nos principais autores e em dados secundários de origem de instituições vinculadas ao tema, principalmente o Ipardes (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). Salienta-se que este artigo tem origem nas pesquisas realizadas para a construção de um trabalho de conclusão do curso de graduação em Administração, o qual tem foco nos arranjos produtivos locais. No entanto, entende-se que para a compreensão do movimento dos APLs é necessário passear pela evolução dos conceitos sobre desenvolvimento, contribuindo para o objetivo deste artigo.

Assim, apresentam-se alguns conceitos de crescimento e desenvolvimento através de autores como Feijó (2007), Furtado (2000), Keynes (1996), Smith (1996) e Souza (2011), seguindo para a abordagem do desenvolvimento regional e dos arranjos produtivos locais, indicando por fim como exemplo os APLs do Sudoeste do Paraná.

1 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Com o surgimento do Estado moderno e a predominância da estrutura produtiva capitalista, construíram-se as noções de crescimento e desenvolvimento econômico. Segundo Souza (2011), Adam Smith em 1776 foi um dos primeiros a abordar o tema no sentido de identificação de fatores de riqueza nacional, produção de lucros, distribuição e as relações de causa e efeito entre produção, lucro, renda e emprego. É perceptível a preocupação do autor em entender o funcionamento do mercado nas suas análises da relação do campo com a cidade e de como a geração



de excedentes da terra expande os mercados das cidades, sendo que os efeitos de um sobre o outro podem esclarecer o passo do progresso e a distribuição e concentração da renda nas diferentes nações (SMITH, 1996).

Após a ótica difundida por Smith, destacaram-se fortemente os economistas denominados neoclássicos. Voltando-se essencialmente para a ideia do equilíbrio dos mercados, a relação entre oferta e demanda e como isso afetava os preços e a produção, eles observam a não interferência do governo na movimentação dos preços para que o mercado funcione. Nesse sentido, o equilíbrio seria então instantâneo e regulado pelo individualismo competitivo e pelo mecanismo dos preços, ocorrendo a estabilização das variáveis que interagem no mercado pelo mercado em si (FURTADO, 2000; NELSON, 2006; SOUZA, 2011).

Bresser-Pereira (2008) evidencia que os neoclássicos afastaram-se dos estudos relativos à geração de excedentes (acumulação de capital) e distribuição de renda, e conseqüentemente dos problemas do desenvolvimento econômico. Para elucidar essa questão, Furtado (2000, p. 62) ainda diz que “uma teoria do desenvolvimento deve ter por base uma explicação do processo de acumulação de capital, a qual está intimamente ligada ao sistema de organização da produção, às formas de distribuição e utilização da renda”. Sendo assim, fica claro que tal processo deve ser visto em longo prazo e que os neoclássicos haviam se preocupado com as flutuações do mercado em curto prazo.

A questão do desenvolvimento econômico foi retomada a partir da Grande Depressão dos anos de 1930, decorrente da queda da Bolsa de Nova Iorque, que causou uma profunda recessão e evidenciou problemas de cunho social, como o desemprego. O mercado em si não se mostrava capaz de amenizar as repercussões das fortes flutuações econômicas, tornando-se mais premente a ação do Estado na condução de políticas voltadas ao fortalecimento econômico (SOUZA, 2011).

Os economistas na época tinham em seu alcance somente fragmentos de estatísticas de produção, geralmente por pessoa empregada, o que não era nem de longe informação suficiente para permitir um acompanhamento e controle do desempenho econômico e das tendências de crescimento, como foi percebido por governos dos Estados Unidos, Inglaterra, França e outros (NELSON, 2006; LEITE; MEINERS; ESTEVES, 2010).



Neste contexto, John Maynard Keynes trouxe em 1936 os estudos de economia agregada que inspiraram e possibilitaram o surgimento dos primeiros indicadores macroeconômicos dos países, que puderam aprimorar as estatísticas sociais e econômicas (LEITE; MEINERS; ESTEVES, 2010).

Além disso, refletiu sobre a importância dos investimentos para o crescimento, e a instabilidade gerada pelas incertezas do mercado, considerando o fator da expectativa do capitalista nisso, o que levaria a oscilações de investimento e a queda no emprego caso as expectativas de lucro futuro fossem ruins e ele não investisse. Salienta-se em sua teoria, a importância do desequilíbrio como natural ao crescimento, pois permite o movimento dos agentes econômicos e a busca por novas estruturas (KEYNES, 1996).

Em relação ao investimento como base fundamental para o crescimento, Furtado (2000) comenta sobre sua participação de destaque no processo de acumulação de capital, denominando-o de inversão:

O processo acumulativo tem três aspectos distintos: a poupança de recursos, a incorporação desses recursos ao processo produtivo (inversão) e a apropriação total ou parcial do aumento de produtividade resultante da maior acumulação, ou seja, a transformação da inversão em fonte de renda. O que configura a acumulação como um processo de formação de capital é a segunda fase indicada (FURTADO, 2000, p. 56).

A partir dessa definição, é possível refletir ainda como se encaixa o fator da tomada de decisão do investidor (inversionista), comentado por Keynes, no processo de acumulação de capital e conseqüentemente de crescimento, pois, é graças a esse impulso do investidor, movido por expectativas de lucro futuro, que a poupança é incorporada de volta ao mercado.

Como Feijó (2007, p. 12-16) diz, são “as poupanças das pessoas que formam o fundo que alimentará os novos investimentos”, frisando mais adiante, porém, que “a variável-chave do modelo de crescimento não é o volume de poupança, mas o nível de investimento. Nem tudo que se poupa é investido”. Diante disso, é possível vislumbrar a complexidade do sistema econômico, a interdependência dos agentes e como suas decisões afetam os movimentos do mercado.

As primeiras noções de diferença entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento surgiram com a disponibilização dos indicadores agregados da economia dos países, que permitiram evidenciar as disparidades entre países ricos e pobres. Bem como, também devido às crises econômicas que sucediam na época,



pois estas impactavam regiões e setores de um mesmo país com diferentes intensidades, gerando uma indagação do porque muitas vezes economias aparentemente unificadas ou semelhantes em níveis de produção, por exemplo, divergiam nos impactos sociais causados (SOUZA, 2011).

A conceituação de ambos ainda hoje é um contrassenso, apesar disso, é importante salientar que:

A experiência tem demonstrado que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população (SOUZA, 2011, p. 5).

Nesse sentido, o autor se refere a situações, como por exemplo, quando se constata o aumento da renda per capita, porém os indicadores de pobreza da população continuam em taxas altas, o que significa que a renda tem se concentrado na mão de poucos, ou seja, somente a renda per capita não é suficiente para medir um nível de desenvolvimento, visto que é um indicador capaz de generalizar a situação.

Alguns economistas, portanto, diferenciam o crescimento do desenvolvimento, ao considerar que o primeiro é essencial ao segundo, mas que se apresenta quantitativamente, enquanto o desenvolvimento é algo qualitativo em termos que abrangem a sociedade como um todo, sendo assim, necessitam de outros fatores desencadeantes (SOUZA, 2011). Reforçando o caráter quantitativo do crescimento, temos a consideração de Feijó (2007, p.11) de que “a chave para o crescimento econômico consiste em ampliar investimentos e reduzir o crescimento vegetativo da população”. Mais adiante, o mesmo autor se refere ao desenvolvimento econômico como sendo “a condição social em que a cada qual é conferida a possibilidade de realização das utopias pessoais” (FEIJÓ, 2007, p. 45).

O caráter abrangente do desenvolvimento econômico ainda é argumentado no excerto:

Desenvolvimento econômico define-se, portanto, pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais. Ele compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado, a elevação geral da produtividade e do nível de bem-estar do conjunto da população, com a preservação do meio ambiente. Com o desenvolvimento, a economia adquire maior estabilidade e diversificação; o progresso tecnológico e a formação de capital tornam-se progressivamente fatores endógenos, isto é, gerados dentro do país (SOUZA, 2011, p.7)



É possível identificar por fim, que o investimento, de caráter quantitativo, é o principal responsável pela condição de desequilíbrio que leva ao surgimento de novas estruturas, como anteriormente proposto por Keynes (1996). Com isso, obtém-se o crescimento da produção, do emprego, da renda e do consumo, abrindo caminho para o desenvolvimento, que por sua vez, ocorre no nível do indivíduo, mas de forma homogênea no nível da sociedade, através de condições materiais e culturais acessíveis e de qualidade, como educação, saúde, qualificação profissional, entre outros (FEIJÓ, 2007).

Com a compreensão da transformação estrutural como fator desencadeante do desenvolvimento econômico, inserem-se as questões levantadas por Fochezatto (2010, p. 160), de como tais transformações podem variar de 'intensidade, ritmo e direção' conforme diferentes regiões. Partindo deste enfoque, o tópico que se segue procura trazer elementos que caracterizam regiões e que permitem identificar e melhor compreender o processo de desenvolvimento regional.

1.1 Desenvolvimento regional

Assim como existem diferenças climáticas, culturais, sociais e conseqüentemente econômicas entre os países, também, obviamente, estas existem entre as diversas regiões de um mesmo país.

Portanto, vários elementos caracterizam e diferenciam regiões. Com isso, ao se pensar em desenvolvimento regional, surgem os questionamentos de como se define uma região e como tal estudo do desenvolvimento pode ser delimitado.

Essa necessidade de definição de região para que se entenda o conceito de desenvolvimento regional, recai sobre uma controvérsia apontada por Cavalcante (2002) e por Braga, Morelli e Lages (2004), como sendo de difícil consenso, haja vista que nenhum dos conceitos é capaz de satisfazer ao mesmo tempo geógrafos, antropólogos, cientistas políticos, economistas, dentre outros, pois cada um percebe os conceitos segundo suas perspectivas de abordagem.

É perceptível então, que devido à dinâmica complexa do sistema econômico, acentuada nos dias de hoje pela globalização, uma concepção de região econômica não deverá ser tomada como universal e definitiva, mas como balizadora para o alcance do objetivo do estudo pretendido. Tendo isso em vista, adotaram-se conceituações dos autores que discutem o tema em um sentido amplo e multifacetado. Deslocando-se a partir desses para as teorias que abordam o



desenvolvimento regional em si, através da sistematização teórica proposta por Cavalcante (2002) com vistas à melhor organização dialética e temporal das teorias.

Logo, Braga, Morelli e Lages (2004) debatem a questão territorial como capaz de assumir significados distintos, inclusive no que tange as formações socioespaciais. Levam em consideração que no ocidente, seu conceito em geral baseou-se de início na distribuição física dos Estados, com seus solos, águas e espaços aéreos bem definidos. Não obstante, acrescentam que é “o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões, sendo cada território produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço” (BRAGA; MORELLI; LAGES, 2004, p. 27).

Nesse sentido, Cruz et al. (2011, p.80) reforçam que “o território não é somente um suporte físico às atividades econômicas, mas também fruto das relações sociais que o compõe, entre elas a economia”. Diniz e Crocco (2006, p.8) complementam que os territórios são “porções de espaço em que as pessoas habitam, realizam suas práticas diárias, ocorrem as transformações e a reprodução das relações sociais, a construção física e material da vida em sociedade.”

A partir disso, é possível construir a noção de que um território é delimitado geograficamente por suas condições físicas e naturais, mas que tal delimitação sofre influência da sociedade que ali se estabelece, sendo a atuação dela o que confere características próprias e específicas de cada local.

Quanto às múltiplas dimensões que geram a dinâmica e a diferenciação entre regiões, Braga, Morelli e Lages (2004) apontam quatro: física (características geológicas e recursos naturais); econômica (formas de organização espacial da produção, do consumo e da comercialização); simbólica (conjunto de relações culturais e afetivas entre um grupo e lugares particulares, como elemento constitutivo de suas identidades); e sociopolítica (interações sociais e relações de dominação e poder).

As interações e combinações entre esses diversos fatores é o que confere a individualidade territorial, capaz de gerar sentimentos de pertencimento e modos de agir que reforçam a identidade do grupo que ali convive (DINIZ; CROCCO, 2006; BRAGA; MORELLI; LAGES, 2004). Com isso, tem-se a incorporação do território como um lugar socialmente construído.



Com a dinamicidade do território e seu papel como ator ativo e não somente um espaço físico e estático evidenciado pelos autores, tem-se a noção da importância das suas características para a construção do ambiente econômico local. Sobre essa construção, Becattini e Rullani (*apud* Llorens, 2001, p.29) apontam que “o território fornece um entorno com capacidade para gerar e manter vantagens competitivas e valor diferencial”. Apontam ainda como a criação desses entornos é praticamente não reproduzível, pois depende das relações entre os diferentes atores locais, sendo a dinâmica dessas relações que dão potencialidade aos elementos definidores de competitividade atual: fomento empresarial, inovação produtiva, qualidade dos recursos humanos e relações trabalhistas e impulso cultural para o desenvolvimento.

A respeito de entornos e a geração de vantagens competitivas, Porter (1998) reforça que a intensificação de negócios locais, em termos de conhecimento, relacionamentos e motivação não são alcançáveis por rivais distantes, e portanto, apesar da competição hoje em dia acontecer em nível globalizado, as vantagens são obtidas a nível regionalizado para então auferirem-se ganhos em nível global.

A convergência de aspectos como políticas públicas e difusão de novas tecnologias para um determinado local faz surgirem economias de aglomeração que reforçam a presença e atração de pessoas e atividades econômicas distinguindo regiões e aprofundando suas desigualdades, através da concentração de investimentos em locais tidos como mais atrativos e relevantes em detrimento de locais menos dinâmicos (FOCHEZATTO, 2010; KORNIN, 2011; NETTO, 2012).

Debatida e melhor esclarecida a questão territorial, dirige-se agora para uma visão geral das abordagens dos autores responsáveis por teorias do desenvolvimento regional, seguindo a sistematização teórica proposta por Cavalcante (2002) devido ao fato de que leva em consideração a evolução do pensamento na área.

Apontando a dificuldade de estabelecer um fluxo contínuo da evolução dos pensamentos mais recentes (a partir da década de 1950) devido à adoção de um caráter mais interdisciplinar e abrangente, Cavalcante (2002) apresenta, conforme a Figura 1, seu diagrama esquemático que procura identificar as principais correntes sobre o tema. Ao analisar seu diagrama deve-se atentar que as setas contínuas indicam influências teóricas diretas, mesmo quando o autor não tinha como foco



central de sua análise as economias regionais, pois que acabou influenciando fortemente outros autores que tinham esse foco. Já as setas tracejadas indicam influências indiretas.

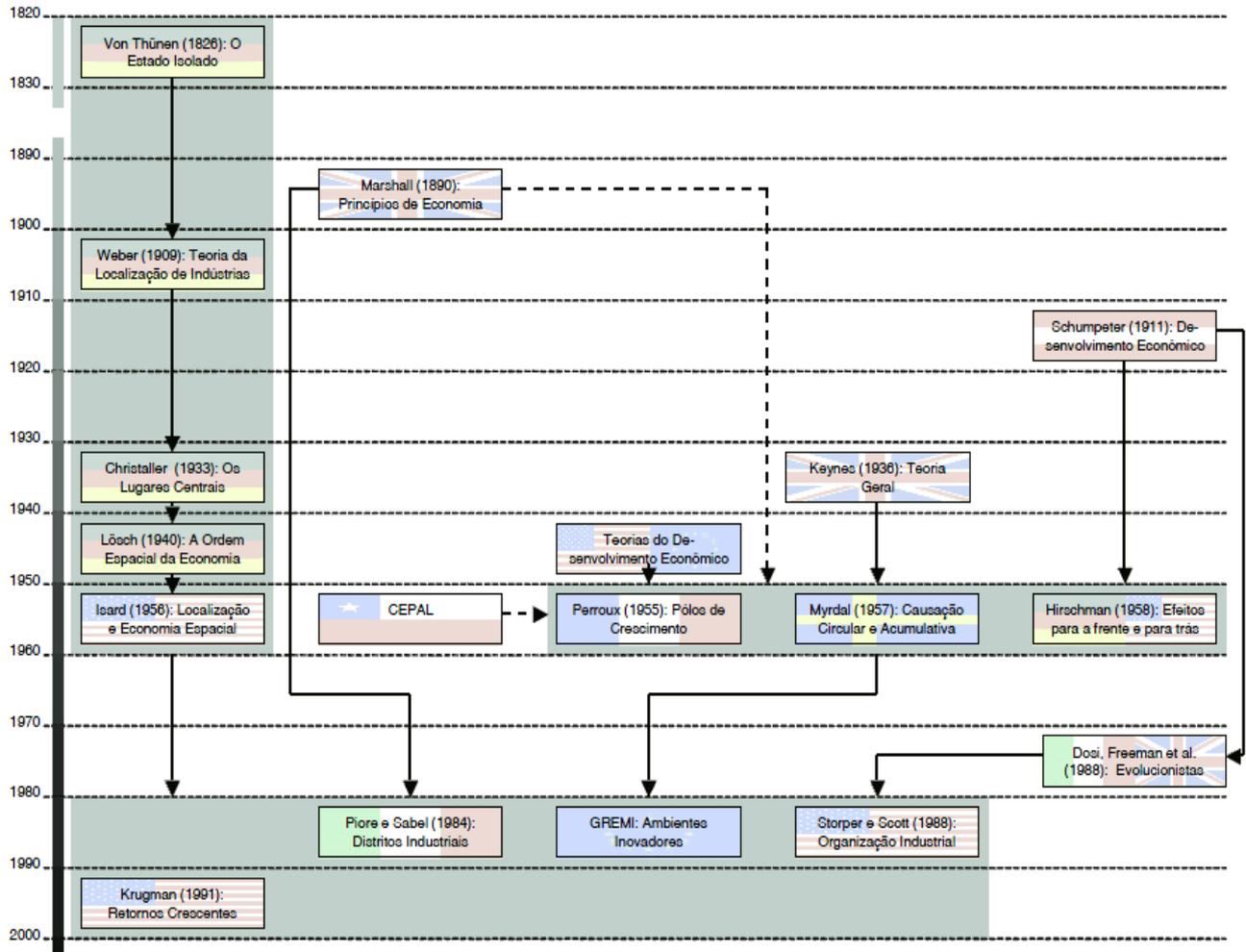


Figura 1 – Principais Teorias em Economia Regional
Fonte: Cavalcante (2002, p.5).

A partir desse esquema, o autor considera a existência de duas grandes correntes de pensamentos sobre o tema, além da produção recente que toma por base essas duas correntes. Cabe ressaltar que Fochezatto (2010) segue esta mesma linha de divisão de grupos, exceto no que tange ao fato de acrescentar Porter (1996) ao rol da produção teórica recente. Justifica a inserção devido à contribuição da teoria da competitividade de Porter, que de acordo com Fochezatto (2010, p. 175) “contribuiu com os estudos sobre a relação entre aglomeração industrial e seu impacto sobre o desenvolvimento econômico regional, através de uma visão dos clusters industriais”.



A primeira corrente, das teorias clássicas de localização, abrangendo estudos de Von Thunen em 1826 até Isard em 1956, preocupa-se basicamente em:

Definir modelos de localização da produção, de forma a minimizar os custos de transporte. São estáticas e limitam-se a quantificar custos e lucros na determinação da localização ótima da firma numa determinada região (FOCHEZATTO, 2010, p.164).

Ademais, Cavalcante (2002) aponta que as teorias dessa corrente desprezam as externalidades obtidas das aglomerações de atividades localizadas numa mesma região, ou seja, pode-se depreender que não levam em consideração a multidimensionalidade territorial e baseiam-se principalmente na obtenção de vantagens comparativas. Isso pode ser justificável pela época a que remontam, antes da era globalizada que hoje se vive, e que é destacada por Porter (1996) como causadora de facilidades de acesso a insumos a baixo custo e a nível global.

Já as teorias com ênfase nas aglomerações, de inspiração marshalliana e keynesiana e abrangendo de Perroux em 1955 à Hirschman em 1958, em geral focaram na importância de interdependências setoriais como fator de localização das firmas e de desenvolvimento da região. A evolução percebida por Fochezatto (2010) destas em relação às teorias clássicas de localização foi a incorporação de ideias de mecanismos dinâmicos provenientes das economias externas como auto reforçadores endógenos da região, observando-a na sua totalidade e procurando identificar e analisar suas interligações produtivas e tecnológicas, superando a preocupação restrita com a localização individual de firmas e excessivamente focadas nos custos de transporte.

Quanto as produções teóricas recentes, com os estudos de Storper e Scott em 1988 até os de Krugman em 1991, apesar da dificuldade de sistematização comentada por Fochezatto (2010), o mesmo aponta traços em comum entre elas, principalmente no que diz respeito aos esforços de compreensão dos impactos da inovação tecnológica e aprendizado sobre o desenvolvimento regional, e das dimensões de relações não comerciais entre os atores, enfatizando a questão das externalidades.

É evidente que as inovações são força chave do desenvolvimento, e um aspecto fundamental para as empresas manterem-se competitivas. Porém, muitas enfrentam dificuldades nesse quesito, muito mais no caso de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Uma das saídas para elas, é justamente fortalecer as



relações comerciais e não comerciais entre si, no que surge a possibilidade de estabelecimento de aglomerações produtivas com foco em ações conjuntas que impulsionem o desenvolvimento da região como um todo, e conseqüentemente seu desenvolvimento individual. Amorim, Ipiranga e Moreira (*apud* Schenatto, 2012) observam que vários estudos reconhecem o potencial das MPMEs organizadas em aglomerações produtivas para a geração de empregos e melhoria na distribuição da renda, compensando assim os desequilíbrios regionais e conseqüentemente tomando papel relevante para o desenvolvimento regional.

Portanto, a partir do desenho regional pode-se impulsionar o processo de desenvolvimento percebendo a vocação das empresas e a intenção de seus negócios, sendo uma das formas de organização os arranjos produtivos locais, que passam a ser explicados a seguir.

1.2 Arranjos Produtivos Locais

Um dos pioneiros no estudo das organizações industriais foi Alfred Marshall, que em 1890 classificou-as conforme a sua dependência de fatores internos e externos, inserindo-as no contexto do ambiente econômico a que estão sujeitas.

Podemos dividir as economias derivadas de um aumento da escala de produção de qualquer espécie de bens em duas classes: primeiro, as dependentes do desenvolvimento geral da indústria; e segundo, as dependentes dos recursos das empresas [...]. Podemos chamar as primeiras de economias externas e as últimas de economias internas. (MARSHALL, 1996, p.315-316).

Desde a antiguidade, determinadas atividades de produção concentraram-se em certas localidades, o que causou mais tarde o surgimento de organizações industriais. A causa dessa concentração é, conforme o autor, muito variada, mas suas principais externalidades causadoras foram apontadas como sendo as condições do ambiente e da demanda.

As externalidades agregadoras de vantagens para as indústrias fizeram surgir em suas proximidades atividades subsidiárias, a fim de sustentarem as atividades principais da indústria local, fornecendo máquinas, instrumentos e insumos de que necessitavam (MARSHALL, 1996). Assim, a produção, o comércio e a mão de obra especializada aglomeram-se e organizam-se então nestas localidades, porém é interessante refletir que atualmente não são somente atividades subsidiárias em torno de uma indústria de grande porte, como será comentado mais adiante na definição de arranjos produtivos locais.



Além do aumento da produção e economia de custo, atribui-se às externalidades a capacidade de integração e desenvolvimento entre os agentes do aglomerado.

Os segredos da profissão deixam de ser segredos, e, por assim dizer, ficam soltos no ar, [...]. Aprecia-se devidamente um trabalho bem feito, discutem-se imediatamente os méritos de inventos e melhorias na maquinaria, nos métodos e na organização geral da empresa. Se um lança uma ideia nova, ela é imediatamente adotada por outros, que a combinam com sugestões próprias e, assim, essa ideia se torna uma fonte de outras ideias novas (MARSHALL, 1996, p.320).

Mais recentemente, essa transferência de conhecimento “solta no ar” foi chamada de spillover, um transbordamento de conhecimento e tecnologias que são endógenas aos aglomerados e fundamentais para o incentivo de atividades inovativas, visto que permitem principalmente o compartilhamento de soluções de problemas, aumentando a eficiência coletiva (SCHMITZ, 1997).

Nesse sentido, Schmitz (1997, p.165) define a eficiência coletiva como “a vantagem competitiva derivada de economias externas locais e ação conjunta [joint action]”. A eficiência coletiva é importante principalmente no que se trata das pequenas e médias empresas, que atuando isoladamente dificilmente conseguiriam competir com as grandes empresas, as quais investem intensivamente em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e adquirem economias de escala na produção e na compra de matérias-primas. Os aglomerados de empresas constituem então um ambiente propício a essa ação conjunta para a obtenção de vantagens competitivas e fortalecimento no mercado.

Apesar destas condições de formação de aglomerações e obtenção de vantagens terem sido primeiramente observadas por Marshall e Ricardo, mais recentemente é que tal tema ganhou visibilidade, devido principalmente às experiências bem sucedidas de aglomerações como os distritos industriais italianos e o Vale do Silício nos Estados Unidos, gerando maior interesse de diversas áreas que passaram a se dedicar com mais ênfase aos estudos das estruturas produtivas localizadas (NEGRÃO, 2006; PORTER, 1996; SCHENATTO, 2012).

Devido à diversidade de estudos que surgiram sobre o tema e também as características praticamente não reproduzíveis de cada local estudado (BECATTINI; RULLANI *apud* LLORENS, 2001), vieram à tona várias classificações e nomenclaturas distintas para os aglomerados. No quadro a seguir é possível observar algumas delas:



Nomenclatura	Definição
Arranjos Produtivos Locais (APLs)	Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente contemplam a interação entre empresas e outros atores (como universidades, entidades públicas de promoção e financiamento, dentre outros).
Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (SPILs)	Aglomerações em que a interdependência, articulação e vínculos são consistentes e resultam em interação, cooperação e aprendizagem.
Cluster	Aglomerações territoriais de empresas com características similares, não contemplando necessariamente outros atores além das empresas.
Distrito Industrial	Aglomerações de elevado grau de especialização e interdependência horizontal (entre empresas de mesmo segmento) ou vertical (entre empresas de atividades complementares em diferentes estágios da cadeia produtiva).
Redes de empresas	Formatos organizacionais definidos por conjuntos de articulações entre empresas, que podem estar presentes em quaisquer dos aglomerados acima mencionados. Não implicam necessariamente na proximidade espacial de seus integrantes.

Quadro 1 – Tipos de aglomerados de empresas.
Fonte: Adaptado de Cassiolato e Lastres (2003).

As nomenclaturas costumam variar conforme o local estudado, a estrutura, o tamanho e a articulação do aglomerado, entre outros, sendo que podem se modificar conforme sejam observadas modificações dentro dos critérios adotados para estudos realizados nos aglomerados (PORTER, 1996; NEGRÃO, 2006).

O conceito mais amplamente adotado no Brasil é o de Arranjos Produtivos Locais - APLs (NETO, 2009). Porém, cabe destacar que apesar das diversas nomenclaturas existentes e algumas distinções conceituais entre diferentes autores,



em termos de características gerais e finalidades, poucas diferenças existem entre as definições para o fenômeno de aglomerações de empresas. Cassiolato e Lastres (2003), Negrão (2006), Neto (2009) e Schenatto (2012) enfatizam isso, e também a existência de mecanismos de cooperação entre os agentes envolvidos e o fato de as empresas se organizarem em rede como parte das características mais abrangentes dos conceitos.

Em se tratando das características de um APL, Neto (2009) menciona a existência da aglomeração de um número expressivo de empresas atuando em torno de uma atividade produtiva principal. Dessa forma, a dinâmica do território onde as empresas estão inseridas, precisa ser considerada tendo em vista os aspectos: número de postos de trabalho, faturamento, mercado, potencial de crescimento e diversificação, dentre outros.

Nesta linha, uma das delimitações de APL mais difundida é a de:

Aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam (ou tem condições de fomentar) vínculos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem direcionada para o enraizamento da capacitação social e da capacitação inovativas, essencial para a competitividade empresarial (REDESIST, 2012).

Comparando-se a definição anteriormente apresentada por Cassiolato e Lastres (2003) com esta trazida pela RedeSist (2012), é possível notar que enquanto a primeira considera vínculos incipientes de interação como suficientes para a existência de um APL, a segunda estabelece que os vínculos devam ser consideráveis, ou ao menos passíveis de evolução para patamares mais expressivos, aprofundando o entendimento de que tipo de vínculos seriam esses.

A base da competitividade das empresas em qualquer APL é apontada por Porter (1999) como não limitada a um setor único, estando associada, fortemente, às atividades e capacitações para frente e para trás ao longo da cadeia produtiva. Isso é o que Marshall (1996) já apontava em seus estudos dos aglomerados, onde fala sobre o surgimento de atividades subsidiárias à indústria primeiramente estabelecida na região. E, ainda, é uma das características apontadas por Cassiolato e Lastres (2003, p.3) como presente em um APL: “envolvem a participação e interação de empresas que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadora de consultoria e serviços, comercializadoras, entre outros”.



A Rede APL Paraná, complementando essa definição através de Suzigan (*apud* IPARDES, 2005, p.8), afirma que “existem diferentes graus de desenvolvimento, de integração da cadeia produtiva, de articulação e interação entre os agentes e instituições locais e de capacidades sistêmicas para a inovação” em um APL. Compreende-se então, que cada um terá caracterizações, configurações, necessidades e impactos diferentes de acordo com diversas variáveis (como contexto histórico, social e cultural, setor econômico, estrutura produtiva, organização institucional, dentre outros).

Negrão (2006) ainda aponta que para um APL ser caracterizado como tal, deve possuir laço objetivando ganhos de escala em produção, vendas ou desenvolvimento técnico, utilizando a relação como um canal de benefícios mútuos.

Para o estabelecimento de objetivos e o desenvolvimento do APL, portanto, Schenatto (2012, p.94) aponta que se deve considerar: as redes de atores locais; as potencialidades, vocações e oportunidades; os recursos naturais renováveis e não renováveis; as vantagens comparativas e competitivas; a infraestrutura existente; o capital humano (conhecimento, habilidades e competências); o capital social (níveis de confiança, cooperação, organização e participação social); a cultura empreendedora (capacidade de iniciativa e autoconfiança); a cultura local (costumes, crenças, valores); a poupança local e capacidade de atrair investimento, entre outros ainda.

Relatando esses conceitos de forma breve conforme o objetivo deste artigo, demonstra-se brevemente na sequência os Arranjos Produtivos Locais da Região Sudoeste do Paraná.

1.3 Arranjos Produtivos Locais da Região Sudoeste do Paraná

A mesorregião do Sudoeste Paranaense é formada pela união de 37 municípios agrupados em três microrregiões (chamadas de Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco). Segundo os dados do Perfil da Região Geográfica do Sudoeste do Paraná, disponibilizado pelo IparDES (2012) a região abriga uma população de 587.496 habitantes, com densidade de 34,57 hab/km² espalhados numa área de 11.651,833 km² e com um PIB per Capita de R\$14.488,00.

A região vem se desenvolvendo em termos industriais e apresentou em 2010, com base nos dados do IparDES (2012), um valor adicionado fiscal da indústria de R\$3.460.848.213, da produção primária de R\$2.754.241.073 e de comércio e



serviços de R\$2.121.012.966. Isso demonstra um indicador de que a região vem crescendo e necessitará cada vez mais de infraestrutura e planejamento.

Os arranjos produtivos locais foram formados em função das características e da vocação da região, tendo como objetivo incentivar e estimular o desenvolvimento regional.

Tendo em vista uma padronização de dados que auxiliasse na formulação de políticas de apoio para seu fomento, o Iparde realizou no ano de 2005 um mapeamento dos APLs no Paraná, em que 22 aglomerações produtivas identificadas foram validadas como APLs, sendo 3 na região Sudoeste do Estado: Confecções, Móveis e Software.

Vale salientar que no ano de 2008 o Iparde realizou uma atualização deste mapeamento, onde mantiveram-se os APLs selecionados em 2005, não tendo surgido novas aglomerações passíveis de encaixarem-se nos requisitos adotados pelo Iparde para classificação como APLs. No entanto, foi percebido um expressivo aumento no número de empregos gerados nos APLs, figurando nesse aumento os três APLs do Sudoeste, que em termos gerais, de uma representatividade de 5.800 empregos formais em 2003 (ano dos dados utilizados para alcance dos resultados apresentados em 2005) passou para 8.220 empregos formais em 2008 (IPARDES, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo-se o desencadeamento do desenvolvimento através do movimento quantitativo de indicadores de crescimento, porém não limitado a isso, sendo mais abrangente no sentido de necessitar de uma transformação desse movimento em resultados percebidos pelo conjunto da população como qualidade de vida, é possível criar uma noção de que seu processo se dá sob uma ótica de progressiva endogeneização dos seus fatores desencadeantes, bem como dos resultados que, num ciclo, irão alimentar sua continuidade, como por exemplo, com a democratização do acesso à educação de qualidade, que poderá retornar numa melhor capacitação da mão de obra.

Tendo em vista esses aspectos e considerando o desenvolvimento no âmbito regional, o impacto da utilização de suas características próprias para a geração de vantagens competitivas e conseqüente desencadeamento do desenvolvimento pode



ser considerável haja vista que, conforme as abordagens teóricas apresentadas, o entorno regional é praticamente único do ponto de vista da dependência da condição histórica local e interação dos diferentes atores ali presentes.

Nesse sentido, a construção de melhores condições para o fomento das potencialidades de uma região pode fortalecer seus atores para competir-se no mercado cada vez mais aberto e interligado a nível mundial.

Posto isso, uma das maneiras de fortalecimento dos atores regionais, como proposto para discussão teórica deste artigo, é a formação de arranjos produtivos locais, vinculados em torno de um conjunto específico de atividades econômicas. Visa assim, fornecer uma melhor capacidade às micro, pequenas e médias empresas, que agindo isoladamente apresentam muitas dificuldades de ganho de escala em produção, vendas ou desenvolvimento técnico. O que lhes confere papel relevante como propulsoras do desenvolvimento regional ao agirem conjuntamente num canal de troca de benefícios mútuos entre as partes.

A importância de interdependências setoriais para o desenvolvimento regional é evidente em muitos dos autores vislumbrados, como por Negrão (2006), Neto (2009) e Porter (1996) que destacam experiências bem sucedidas de desenvolvimento por tal meio, como no caso dos distritos industriais italianos e do Vale do Silício.

Tendo em vista o objetivo de demonstrar a interação entre o fenômeno de desenvolvimento regional e o fenômeno de APLs, trazendo um breve vislumbre da presença deste último na região Sudoeste do Paraná, este trabalho procurou contribuir para a difusão do tema e o debate acerca das formas de promoção do desenvolvimento regional e dar o aporte teórico para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo; LAGES, Vinícius. **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Relume Dumará SEBRAE, 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. Papers. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2012.



CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. Rio de Janeiro: REDESIST/IE-RJ, 2003. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1289323549.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2013.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização**. 2002. 25 f.(Desenbahia), 2002.

CRUZ, Bruno de Oliveira. et al. **Economia Regional e Urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco. **Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

FEIJÓ, Ricardo. **Desenvolvimento Econômico: Modelos, Evidências, Opções Políticas e o Caso Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2007.

FOCHEZATTO, Adelar. **Desenvolvimento Regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos**. O ambiente regional (três décadas de economia gaúcha, v.1). In CONCEIÇÃO, Octávio A. C.; GRANDO, Marinês Zandavali; TERUCHKIN, Sônia Unikowsky; FARIA, Luiz Augusto Estrella (Org.). O ambiente regional. Porto Alegre: FEE, 2010.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000

IPARDES. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná: etapa 1 – Identificação, mapeamento e construção da tipologia das aglomerações produtivas**. Curitiba, 2005.

IPARDES. **Identificação e mapeamento das aglomerações produtivas do Estado do Paraná: uma atualização para o ano de 2008**. Curitiba, 2009.

IPARDES. **Perfil da Região Geográfica do Sudoeste do Paraná**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1>. Acesso em: 15 jul. 2012.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KORNIN, Thaís. **Agências de Desenvolvimento e a Ampliação da Esfera Pública para a Gestão Territorial**. 2011. 16 f. Caderno IparDES – Estudos e Pesquisas, Curitiba-PR, ISSN 2236-8248, v.1, n.2, jul./dez. 2011.

LEITE, Leonardo de Magalhães; MEINERS, Wilhelm Eduard; ESTEVES, Luiz Alberto. **Uma Análise Espacial do Índice de Desenvolvimento Municipal da Micro e Pequena Empresa (IDMPE) no Paraná**. 2010. 16 f. Texto para Discussão 04/2010 – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, 2010. Disponível em: <<http://www.economiaetecno>



logia.ufpr.br/textos_discussao/html/texto_para_discussao_ano_2010_texto_04.html>
. Acesso em: 15 set. 2012.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento Econômico Local:** caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia:** tratado introdutório. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

NEGRÃO, Maryangela Drumond de Abreu. **Oportunidades e Desafios para o Fortalecimento dos APLs no Paraná:** uma análise dos processos de gestão em indústrias do APL de bonés – Apucarana. Curitiba: IEL, 2006.

NELSON, Richard. **As Fontes do Crescimento Econômico.** Campinas, SP: Unicamp, 2006.

NETO, João Amato. **Gestão de Sistemas Locais de Produção e Inovação.** São Paulo: Atlas, 2009.

NETTO, Henrique Fonseca. **Considerações Sobre as Manifestações Territoriais Como Paradigmas do Desenvolvimento Regional:** da teoria à prática. 2012. 18 f. Grupo de Pesquisa em Tecnologia & Espaço & Meio Ambiente (GETEMA), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

PORTER, Michael Eugene. **Clusters and the New Economics of Competition.** Harvard Business Review, p. 77-90, nov./dez. 1998.

REDESIST. **Quem Somos.** Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

SCHENATTO, Fernando J. A. **Estratégia Tecnológica para Arranjos Produtivos Locais:** uma metodologia baseada na elaboração de estudos prospectivos. 2012. 192 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina – Centro Tecnológico, Florianópolis, 2012.

SCHMITZ, Hubert. **Eficiência Coletiva:** caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. Ensaio FEE. v.18, n.2, p.164-200. Porto Alegre, 1997.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações:** Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

